

# Instituto Socioambiental

fonte: Journal do Brasil class.: 190

data: 24/11/94 pg.: 12

## Restrição à venda de mogno cria polêmica

RONALDO BRASILIENSE

As delegações dos Estados Unidos e da Inglaterra, principais importadores do mogno brasileiro, estão divididas sobre a proposta apresentada pela Holanda, na 9ª Conferência Internacional das Espécies em Perigo de Extinção (Cites), de restringir as vendas de mogno do Brasil e do México. Americanos e ingleses relutam em aprovar restrições na venda de mogno apesar das fortes pressões que vêm sendo feitas por organizações não-governamentais internacionais como Amigos da Terra, WWF e Greenpeace.

Os representantes do governo americano estão divididos: enquanto o Departamento de Pesca e Vida Selvagem recomenda maior proteção à floresta, o Serviço Florestal não faz restrições à comercialização de mogno brasileiro. Os delegados americanos defendem uma proposta intermediária: a venda de mogno continuaria sendo permitida, mas Brasil e México teriam que regular o comércio, o que poderia provocar aumento de preços.

**Pressões** — A Inglaterra, maior consumidor europeu do mogno brasileiro, tem resistido às pressões para endossar a proposta da Holanda, de incluir o mogno entre as madeiras ameaçadas de extinção, embora possa desaparecer em 15 anos caso não sejam tomadas medidas para controlar o comércio. Entre 1971 e 1991, cerca de 355 milhões de metros cúbicos de mogno foram exporta-

dos para a Europa.

A ONG Amigos da Terra Internacional, com sede na Holanda, vem liderando as pressões contra o governo britânico para que o mogno brasileiro seja protegido na Cites. Um relatório independente feito por essa ONG na Amazônia mostra que muitas das madeiras filiadas à Associação das Indústrias Madeireiras da Amazônia (Aimex) vêm descumprindo o acordo firmado com os importadores do Reino Unido de não extraírem ou adquirirem mogno retirado de áreas indígenas.

**Irregularidades** — O relatório, distribuído às delegações dos países presentes à Conferência, em Fort Lauderdale, na Flórida, EUA, apresenta cópias de contratos ilegais firmados por madeireiras com lideranças dos índios caiapó, no sul do Pará, para a retirada de milhares de metros cúbicos de mogno. As madeireiras pagam no máximo US\$ 50 por metro cúbico de mogno, que é exportado para o mercado internacional por até US\$ 800.

Há também documentação comprovando multas aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente a madeireiras filiadas à Aimex por transporte ilegal de mogno, extração de madeira em áreas não identificadas e sem permissão legal e denuncia que a maioria dos planos de manejo liderados pelo Ibama para as indústrias madeireiras do Pará não vem sendo fiscalizada.